



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



CONVÊNIO N.º 03/2012 - SEAP, Convênio que entre si celebram o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração Pública, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

Processos nº 414.000.009/2012(SEAP/DF) e 112-003.226/2012(NOVACAP).

O Distrito Federal, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – SEAP**, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.394.650/0001-69, neste ato representado por **Wilmar Lacerda**, portador da cédula de identidade RG n.º 389.111-SSP/DF, expedida pelo SSP/DF, e inscrito no CPF sob o n.º 221.001.561-87, na qualidade de Secretário de Estado de Administração Pública, previsto no Decreto de 1º de setembro de 2011, publicado no DODF nº 172, de 02.09.2011, e conforme delegação de competência prevista no Decreto n.º 32.598/2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, doravante denominada **CONCEDENTE**, e de outro lado a **Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP**, empresa pública, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.037.457.0001-70, com sede no Setor de Áreas Públicas, Lote B, CEP 71.215-000, Brasília – DF, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **Nilson Martorelli**, inscrito no CPF nº 011.29.133.641-87, conforme autorização da Diretoria Colegiada da NOVACAP, em sua 2.357ª Sessão, realizada em 09/07/2010, sujeitando-se, ainda ao disposto na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 16.098/94, e pelo Engº **Daclimar Azevedo Castro** – CPF nº 208.718.561-15, RG nº 5563/D-GO, naquilo que couber, doravante denominado **CONVENIENTE**, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO**, que se regerá pelas disposições contidas IN nº 01/2005 - CGDF, e suas alterações, e na Lei nº 8.666/93, no que couber, e na legislação pertinente, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Convênio tem por objeto o repasse de recursos por parte da Secretaria de Estado de Administração Pública à NOVACAP (CONVENIENTE), para que esta seja responsável por licitar, contratar e acompanhar as atividades de execução da reforma do **bloco A** da Escola de Governo do Distrito Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Os serviços de engenharia necessários à execução do objeto do presente Convênio estão contidos no Plano de Trabalho fls. 39/40 e Cronograma de Desembolso Financeiro, constantes deste Processo, os quais passam a fazer parte deste Instrumento, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

3.1. São atribuições da Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal - SEAP:

3.1.1. Alocar os recursos financeiros para a execução do objeto, que serão descentralizados através de crédito orçamentário por meio de uma Portaria Conjunta para fazer face às despesas com o objeto deste Convênio;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



3.1.2. Criar e manter condições para que o objeto e valor deste Convênio sejam integralmente executados;

3.1.3. Repassar os recursos à NOVACAP, mediante a apresentação de Portaria Conjunta;

3.1.4. A SEAP indicará um servidor para atuar como Executor, qualificado para efetuar o acompanhamento da execução do objeto deste Convênio, e para o ato de recebimento definitivo dos serviços de engenharia e fornecimento objetos do presente convênio.

3.1.5. Fiscalizar o fiel cumprimento do presente Convênio e aprovar a prestação de contas;

3.1.6. Providenciar, junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, a consignação no PPA e na LOA, e a permissão para cobrir os custos com as obras/serviços e/ou fornecimento, se porventura as urgências deste instrumento ultrapassarem o exercício corrente;

3.1.7. Manifestar concordância com o Projeto Básico elaborado e aprovado pela NOVACAP, verificando a conformidade com a solicitação contida nas Ordens de Serviço;

3.1.8. Responder solidariamente com a NOVACAP em eventuais demandas administrativas e/ou judiciais, decorrentes do descumprimento de suas obrigações previstas no presente ajuste;

3.1.9. Exercer controle e fiscalização sobre a execução, bem como, assumir ou transferir a responsabilidade, no caso de paralização ou de relevante fato superveniente, de modo a evitar a descontinuidade do serviço.

3.2. São atribuições da NOVACAP:

3.2.1. Praticar todos os atos indispensáveis à execução dos serviços de engenharia e fornecimento objeto deste Convênio, executando diretamente, ou mediante a contratação de terceiros;

3.2.2. Elaborar planos de trabalho, cronogramas físico-financeiros, pareceres técnicos e jurídicos, preparar editais, preparar medições e atestados de execução, realizar licitações, efetuar o controle e o acompanhamento das obras/serviços de engenharia e/ou fornecimento objeto deste Convênio;

3.2.3. Publicar os documentos de licitação para as obras/serviços de engenharia e/ou fornecimento compreendidas neste Convênio;

3.2.4. Adjudicar e homologar o objeto da(s) licitação (ões) promovida(s) e contratar a execução das obras/serviços de engenharia e/ou fornecimento com a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) certame(s) utilizando os procedimentos previstos em lei;

3.2.5. Fiscalizar a execução das obras/serviços de engenharia e/ou fornecimento, bem como atestar sua execução, para a liberação dos recursos;

3.2.6. Designar profissional (ais) devidamente habilitado(s) junto ao CREA-DF para exercer a execução do contrato e fiscalização das obras/serviços de engenharia e/ou fornecimento;

3.2.7. Apresentar à Secretaria de Estado de Administração Pública, previamente ao início da licitação, os projetos e orçamentos, cronograma físico-financeiro, minuta de contrato(s) a ser celebrado(s) com terceiros e ordens de serviços emitidos para a execução do objeto deste Convênio;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



3.2.8. Franquear o acesso dos representantes da SEAP aos bens, aos locais e às obras objeto deste Convênio;

3.2.9. Fornecer sempre que solicitado pela SEAP, quaisquer esclarecimentos acerca da execução das obras/serviços de engenharia e/ou fornecimento;

3.2.10. Fazer fixar placas de obras no local de sua execução conforme padronização e numeração do Governo do Distrito Federal;

3.2.11. Abrir conta corrente vinculada a este Convênio, com a finalidade exclusiva de movimentação financeira dos recursos, compreendendo o recebimento de repasses financeiros da SEAP e de pagamentos das obrigações relativas à execução do objeto deste Convênio, nos termos da legislação de regência;

3.2.12. Comprovar a aplicação dos recursos mediante a apresentação do Demonstrativo de Pagamentos Efetuados, dos Atestados de Execução e de Faturas;

3.2.13. Apresentar, mensalmente, à SEAP, a prestação de contas parcial e em até 30 (trinta) dias, após o término do objeto deste Convênio, a prestação final das contas;

3.2.14. Apresentar relatórios de execução físico-financeira e prestar contas dos recursos recebidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do término da sua vigência, observada a forma prevista na IN 1/2005-CGDF, sem prejuízo da prestação parcial de contas de que trata os § 2º do art. 19;

3.2.15. Receber, definitivamente, os serviços de engenharia e fornecimentos, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo máximo de 90 (noventa) dias e encaminhar à SEAP, com comprovação de recolhimento dos encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais resultantes da execução deste Convênio;

3.2.16. Garantir a perfeita execução do objeto deste Convênio, responsabilizando-se pela idoneidade de seus empregados, prepostos e subordinados, por quaisquer regressos contra o responsável nos casos de dolo ou culpa;

3.2.17. Registrar e manter atualizadas no Sistema de Obras Públicas – SISOBRAS as informações requeridas pela Resolução nº 191/2008 do Tribunal de Contas do Distrito Federal;

3.2.18. Realizar os pagamentos, mediante solicitação da(s) empresa(s) contratada(s) para execução do objeto deste Convênio, que deverá vir acompanhada da nota fiscal/fatura;

3.2.19. Encaminhar à SEAP os relatórios de andamento das serviços de engenharia, objeto deste Convênio, sempre que solicitado;

3.2.20. Informar à SEAP as alterações, quantitativas e/ou qualitativas, que porventura ocorram no contrato.

3.2.21. Executar o objeto do presente Convênio, dando fiel cumprimento ao Plano de Trabalho;

3.2.22. Aplicar os recursos concedidos pelo Distrito Federal de acordo com o Plano de Trabalho;

3.2.23. Fornecer à SEAP todos os documentos e relatórios por ela solicitados sobre as atividades desenvolvidas, relacionadas ao objeto deste Convênio;

3.2.24. Manter, com a SEAP, canal permanente de comunicação para a constante troca de ideias, análise e resolução das questões surgidas durante a execução do objeto do Convênio, através do executor do Convênio.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 Este Convênio vigorará por 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação, por mútuo interesse das partes;

4.2 A concedente deve prorrogar, de ofício, a vigência do convênio quando ocorrer atraso na liberação dos recursos, limitado à prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

O presente Convênio poderá ser alterado por meio de Termo Aditivo, mediante pleno e comum acordo dos partícipes, devendo a alteração, para tanto, vir acompanhada de justificativa devidamente fundamentada sendo vedada alteração em seu objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PAGAMENTO

6.1 Os recursos distritais repassados para a execução do presente Convênio correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- I – Unidade Orçamentária: 13905;
- II – Programa de Trabalho: 04122600342200002;
- III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39;
- IV – Fonte de Recursos: 120 e 320.

6.2 Os empenhos são de R\$ 2.470.000,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta mil reais) e R\$ 588.265,44 (quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), conforme Notas de Empenho nº 2012NE00038 e 2012NE00040, fonte de recurso 320 e 120; respectivamente, emitidas em 23/10/2012, sob o evento nº 400091, ambos na modalidade global.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR

O valor global do presente Convênio é de R\$ 3.058.265,44 (três milhões, cinquenta e oito mil, duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DA DESPESA

8.1 O presente instrumento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

8.2 Os recursos transferidos pela SEAP não poderão ser utilizados para o pagamento de despesas relativas a período anterior ou posterior à execução do presente Convênio;

8.3 As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, respeitada a legislação em vigor;

8.4 Na execução das despesas deverão ser observadas, especialmente:

- 8.4.1. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida, ainda que em caráter de urgência;
- 8.4.2. Não realizar despesa a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- 8.4.3. Não efetuar pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



- 8.4.4. Não atribuir efeitos financeiros retroativos a este Convênio;
- 8.4.5. Não realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamento por recolhimento fora do prazo;
- 8.4.6. Não realizar despesas com publicidade salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação geral, que conste claramente no Plano de Trabalho, observadas, ainda, as vedações dispostas na legislação eleitoral;
- 8.4.7. Não realizar transferências para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres.

CLÁUSULA NONA – RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

9.1. A CONVENIENTE obriga-se a restituir ao Fundo Pró-Gestão, no prazo improrrogável de trinta dias da data do evento, o valor transferido na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

- 9.1.1. Quando da não execução do objeto do Convênio;
- 9.1.2. Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas final, nos termos da legislação vigente;
- 9.1.3. Quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no Convênio;
- 9.1.4. Quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento do estabelecido no Plano de Trabalho e Projeto, a ser executado pelos partícipes;
- 9.1.5. Quando não for comprovada, pela prestação de contas, a transferência de recursos e a correspondente execução das ações dispostas no Plano de Trabalho e Projeto contido em Anexo;

9.2. Quando do término ou da rescisão do presente Convênio, os recursos financeiros remanescentes deverão retornar ao Fundo Pró-Gestão, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente.

9.3. Os bens remanescentes serão destinados à Secretaria de Estado de Administração Pública, nos termos do art. 24 da IN 01/2005-CGDF.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 A SEAP poderá rescindir este Convênio, sem prejuízo das sanções a que estiver sujeita a CONVENIENTE, ante a ocorrência das seguintes hipóteses:

- 10.1.1. Não execução do objeto pactuado neste Convênio, à execução das hipóteses e caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado;
- 10.1.2. Descumprimento, pela CONVENIENTE de quaisquer das obrigações pactuadas, notadamente o desvio de finalidade na aplicação dos recursos;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



10.2 A CONVENIENTE poderá rescindir o presente Convênio caso não haja a liberação do recurso no prazo previsto, por culpa exclusiva da Administração, salvo se aceitar a justificativa apresentada pela SEAP para o ocorrido.

10.3 A rescisão deverá ser comunicada pela SEAP à NOVACAP ou vice-versa, por meio de documento escrito, mediante aviso de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONVENIENTE fica obrigada encaminhar à SEAP até 60 (sessenta) dias após o encerramento da última ação prevista no Plano de Trabalho do Convênio, e dentro do prazo de vigência do presente instrumento, Prestação de Contas Final abrangendo todo o período de vigência, acompanhada da documentação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

A eficácia deste Convênio fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro no livro próprio da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Convênio.

13.2 . Por estarem assim, justas e contratadas, assinam os partícipes o presente Termo de Convênio, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Brasília-DF, 18 de dezembro de 2012.

Pela Secretaria de Estado de Administração Pública:



Wilmar Lacerda

Secretário de Estado de Administração DF

Pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP:



Nilson Martorelli

Presidente da NOVACAP



Daclimar Azevedo Castro

Diretor de Área Fim

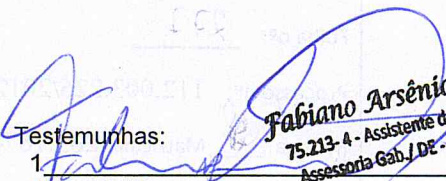
Testemunhas:

1.

NOVACAP

CPF:

694 171 051-90


Fabiano Arsênio Soares
75.213-4 - Assistente da Diretoria
Assessoria Gab. J. DE - NOVACAP

2.

SEAP/DF

CPF: 224.829.581-72


Viviane O. de Almeida Nogueira
GERENTE DE SEAP/DF